



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

PARECER Nº , DE 2015

Parecer sobre o Ofício nº 56, de 2012-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, a programação de financiamento do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE para o exercício de 2013.”.

Relator: Deputado Ricardo Barros

I – RELATÓRIO

Por intermédio do Ofício nº 56, de 2012 – CN (nº 0294/2012-SUDENE, na origem), a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste-SUDENE, autarquia vinculada ao Ministério da Integração Nacional encaminhou à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional os seguintes documentos, em cumprimento ao art. 14, da Lei nº 7.827/89:

- a) Programação de Financiamento do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) para o exercício de 2013;
- b) Parecer Conjunto nº 014/SFRI/SUDENE, de 01.11.2012, elaborado pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, em concurso com o Ministério da Integração Nacional, que subsidiou o posicionamento do Conselho Deliberativo da SUDENE;
- c) Resolução nº 057, de 09.11.2012, que aprovou a referida Programação.

Designado pela Nobre Presidente desta Comissão Mista coube-me relatar a matéria de que trata o Ofício nº 56, de 2012 - CN.

Conforme os documentos enviados, a programação de financiamento do FNE para 2013 foi elaborada pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BNB, com base nas seguintes disposições:



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

- a) Diretrizes e Orientações Gerais estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional, conforme Portaria nº 385, de 04.07.2012;
- b) Diretrizes e Prioridades aprovadas pelo Conselho Deliberativo da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (CONDEL/SUDENE), através da Resolução nº 054, de 13.07.2012;
- c) A construção da proposta de financiamento contou com a participação, colaboração e contribuição de Ministérios, de Organismos Regionais Federais, dos governos estaduais, de federações e associações de setores produtivos, de instituições de pesquisas e capacitação, além de outros segmentos sociais;
- d) Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR);
- e) Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste (PRDNE); e
- f) Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (PDSA).

O Parecer Conjunto nº 14-SFRI/SUDENE, de 01.11.2012, da Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais; da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste-SUDENE e do Ministério da Integração Nacional analisa a proposta de aplicação dos recursos do FNE constante da programação para 2013, verifica que a legislação pertinente foi observada e a encaminha à Secretaria Executiva do Conselho Deliberativo da SUDENE, com parecer favorável à aprovação e as seguintes recomendações ao Banco do Nordeste do Brasil:

1. Apresentar no âmbito dos próximos resultados e impactos, sem prejuízo de suas finalidades, informações quanto aos financiamentos viabilizados a partir dos novos elementos e condições incorporadas à presente programação, conforme trata o item 15, em particular no que tange:
 - a) aos financiamentos concedidos em apoio às atividades produtivas de pequeno-médios, pequenos e mini produtores rurais e pequenas-médias, pequenas e microempresas, a par da mudança de classificação de porte de beneficiários (Resolução nº 43/2011, CONDEL/SUDENE);
 - b) à promoção e viabilização de créditos com vistas ao aproveitamento das oportunidades e potencialidades de investimentos nas atividades



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

- contempladas no programa FNE Irrigação; e
- c) à continuação de emendamento de esforços à ampliação de atendimentos a empreendedores individuais, em termos quantitativos e espaciais;
2. estabelecer o limite de até 30% das disponibilidades para os setores de Comércio e Serviços;
 3. estabelecer para os mini, micro e pequenos beneficiários, com faturamento anual de até R\$ 3,6 milhões, o mínimo de 30% das disponibilidades;
 4. orientar o Banco do Nordeste proceder a indicação de recursos para o exercício de 2013, com análise e eventual remanejamento e projeção das aplicações, para os fins de que trata a Resolução nº 4.147, de 25/10/2012, do Conselho Monetário Nacional, que objetiva a liquidação de operações de crédito rural de custeio e investimento contratadas com risco compartilhado ou integral do Tesouro Nacional, do FNE, do FNO ou das instituições financeiras oficiais federais, independentemente da fonte de recursos;
 5. tão logo sejam divulgados pelo Conselho Monetário Nacional os novos encargos financeiros e bônus de adimplência para as operações a serem contratadas a partir de 01/01/2013, fica o BNB autorizado a promover os ajustes necessários ao Plano de Aplicação do FNE para o referido ano; e
 6. atender o que dispõe os itens 15.1.2 e 15.1.3 que tratam de restrições apontadas no parecer.

A Resolução nº 057/2012, de 09/11/2012 resolveu:

- a) Aprovar a Proposição nº 055/2012, sancionada pela Diretoria Colegiada da SUDENE na 121ª reunião, de 01 de novembro de 2012, tratando da aprovação do "Programa de Aplicação do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)" para o exercício de 2013.
- b) Determinar ao BNB, com base no Parecer Conjunto nº 014/SFRI/SUDENE, de 01 de novembro de 2012, que encaminhe à SUDENE e à Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais do Ministério da Integração Nacional, até o dia 15 de janeiro de 2013, nova versão do programa de aplicação dos recursos do FNE para o ano de



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

2013, com a incorporação dos ajustes recomendados.

- c) Autorizar a SUDENE a encaminhar a programação de financiamento, juntamente de 2013, apresentada pelo Banco do Nordeste do Brasil, juntamente com o referido Parecer Conjunto, à Comissão Mista Permanente do Congresso Nacional, de que trata o § 1º, art. 166, da Constituição Federal.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, criado por força de dispositivo constitucional, tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região Nordeste e dos municípios dos Estados do Espírito Santo e Minas Gerais incluídos na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, através do Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BNB, mediante a execução de programas de financiamentos aos setores produtivos, em harmonia com os planos regionais de desenvolvimento, conferindo tratamento preferencial às atividades de mini e pequenos produtores rurais, às desenvolvidas por micro e pequenas empresas, às que produzem alimentos básicos e aos projetos de irrigação, sendo vedada a aplicação de recursos a fundo perdido.

Nos termos do art. 14, inciso IV, da Lei nº 7.827/89, cabe ao Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento da Região Nordeste-SUDENE encaminhar o programa de financiamento do FNE para o exercício seguinte, juntamente com o resultado da apreciação e o parecer aprovado pelo Colegiado, à Comissão Mista permanente de que trata o § 1º do art. 166 da Constituição Federal, para conhecimento e acompanhamento pelo Congresso Nacional.

Verifica-se que o dispositivo legal acima foi devidamente cumprido, uma vez que o referido Conselho, por intermédio da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste-SUDENE, encaminhou à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização a Programação do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

(FNE) para o exercício de 2013, acompanhado do resultado da respectiva apreciação no âmbito daquele Conselho e do parecer aprovado pelo Colegiado.

Conforme a norma mencionada, compete à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização conhecer da Programação de Financiamento do FNE para o exercício de 2013, bem como proceder ao acompanhamento da correspondente execução.

De acordo com a legislação atinente ao FNE, o Banco do Nordeste do Brasil – BNB, juntamente com o Ministério da Integração Nacional (MI) e o Conselho Deliberativo da SUDENE (CONDEL / SUDENE) são os responsáveis pela gestão do Fundo. Diante disso, elaboraram a programação de financiamentos do FNE, para 2013 e na oportunidade estabeleceram as diretrizes e prioridades dessa programação e definiram também a dinâmica de aplicação desses recursos, a partir de diretrizes e orientações gerais do referido Ministério apresentadas, para o exercício de 2013, por meio da Portaria nº 385, de 04/07/2012, visando compatibilizar os programas de financiamento com as orientações da política macroeconômica, das políticas setoriais e da Política Nacional de Desenvolvimento Regional.

Convém destacar que o Tribunal de Contas da União, de acordo com suas atribuições constitucionais e legais, examina a execução da Programação do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). Avalia então se a gestão dos recursos administrados está de acordo com as diretrizes estabelecidas na Lei nº 7.827/89, com as diretrizes e orientações gerais estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional, com as diretrizes e prioridades estabelecidas pelo Conselho Deliberativo da SUDENE, com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR; com o Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste – PRDNE e com o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (PDSA).

O Tribunal de Contas também verificará se, dentre as prioridades na aplicação dos recursos do FNE, foi observada a redução das desigualdades sociais, de gênero, étnico-raciais, inter e intrarregionais, mediante apoio a projetos voltados para o melhor



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

aproveitamento das oportunidades de desenvolvimento econômico-social e maior eficiência dos instrumentos gerenciais.

Diante do exposto, considerando que a execução da Programação do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) para o exercício de 2013 será analisada pelo Tribunal de Contas da União quando do exame da correspondente prestação de contas, não se verifica a necessidade da adoção de qualquer providência no momento, razão pela qual **voto** no sentido de que esta Comissão:

- a) tome conhecimento da Programação de Financiamento do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) para o exercício de 2013 e dos documentos que a acompanham;
- b) determine o envio dos referidos documentos ao arquivo.

Sala das Sessões, em de de 2015.

Deputado Ricardo Barros
Relator